

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo seu planejamento estratégico, a Mongeral Aegon realizou significativos investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando a contínua expansão de seus negócios e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Desenvolveu ainda estratégias específicas para o aumento expressivo das vendas e arrecadação, crescimento do número de corretores ativos, consolidação das parcerias comerciais existentes, criação de novas parcerias e canais de distribuição, desenvolvimento de novos produtos e fidelização de clientes.

Em 2017, a companhia continuará intensificando seus investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando inovação, crescimento e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Investirá ainda na revisão de processos, da capacitação da força de vendas, da inclusão de novos meios de cobrança e de estratégias para aumentar retenção de clientes e sua adimplência.

Desempenho

Em 2016, apesar do momento econômico conturbado que o País atravessa, a Mongeral Aegon apresentou desempenho expressivo, tendo atingido crescimento de 33% em novas vendas de coberturas de riscos, principalmente individuais.

Atingiu ainda crescimento de 19% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 24% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro, que foram de R\$ 1.138 milhões e R\$ 931 milhões respectivamente, demonstrando o sucesso alcançado nas estratégias de expansão e solidificação das operações da companhia.

Nos últimos dez anos, a companhia apresentou crescimento de 498% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 628% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro.

No ano, as Despesas Administrativas cresceram 10%, abaixo do crescimento das Receitas de Prêmios e Contribuições e das vendas de coberturas de riscos. O crescimento contido das despesas frente aos fortes investimentos em crescimento, qualidade de serviços, ampliação da rede de distribuição, infraestrutura, tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, é resultado da forte disciplina financeira da companhia.

O Lucro Líquido de R\$ 25,8 milhões está em linha com os objetivos da Administração para o período.

Como consequência dos resultados alcançados e da contínua capitalização da companhia, o Patrimônio Líquido fechou o semestre em R\$ 298 milhões.

Os Ativos Totais cresceram 25% atingindo R\$ 1.490 milhões.

O capital total segurado pela companhia atingiu aproximadamente R\$ 320 bilhões, com 2,7 milhões de vidas seguradas.

Realizações e ampliação dos segmentos de atuação

Em 2016, a Mongeral Aegon obteve a autorização final da SUSEP para constituição da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S/A em sociedade com o Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB. O BANCOOB é um banco comercial privado especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao SICOOB, que possui mais de 3,5 milhões de associados e 2,6 mil pontos de atendimento. O início das operações se dará no primeiro semestre de 2017.

No segmento de previdência complementar para os servidores públicos, em face dos convênios com os Órgãos Oficiais, a Mongeral Aegon consolidou a sua liderança e intensificou as operações de distribuição das coberturas de riscos de morte e invalidez oferecidas aos participantes dos planos de benefícios complementares da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM), da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-EXE), da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES) e da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (PREVCOM-MG). Manteve a posição de empresa líder na distribuição de planos de Previdência Associativa, posição que ocupa desde que foram regulamentados os fundos instituídos para categorias profissionais.

Diversificou e expandiu a integração de seus canais de atuação, consolidando sua estratégia digital com a Loja Online e investimentos em Marketing Direto, viabilizando opções diferenciadas de serviços para as redes comerciais.

Ampliou e amadureceu o seu portfólio de produtos, pois além de manter mais de 20 soluções em seguros e previdência para a classe média brasileira, fortaleceu sua linha de produtos para público de alta renda (capitais de até R\$ 25 milhões), por meio de distribuição especializada. Adicionalmente, tem investido no desenvolvimento de produtos de microsseguro, possibilitando o atendimento completo aos seus clientes, independentemente de sua classe social.

Alcançou excelentes resultados no NPS (*Net Promoter Score* - ferramenta para medir a satisfação e lealdade de clientes), com avaliação dos clientes e corretores-parceiros e do eNPS com a avaliação dos colaboradores, onde obteve o maior índice entre as empresas do grupo Aegon.

Conquistou o sétimo lugar entre as 40 melhores empresas para se trabalhar no Rio de Janeiro, segundo a *Great Place to Work (GPTW)*.

Governança Corporativa

Em janeiro de 2016, a Mongeral Aegon implementou departamento específico de controles internos e compliance. Também aumentou seus investimentos na atualização e monitoramento de sua matriz de riscos, incrementando os sistemas de monitoramento de ações de prevenção à fraude e combate à lavagem de dinheiro, assim como o monitoramento de pessoas politicamente expostas.

Foram realizados treinamentos aos agentes de controles internos e compliance que atuam dentro das diversas áreas da companhia. Foi iniciado o desenvolvimento de sistema para formação de banco de dados de perdas operacionais. Todos investimentos vêm sendo realizados para o alinhamento às melhores práticas de mercado e às políticas desenvolvidas pela Aegon.

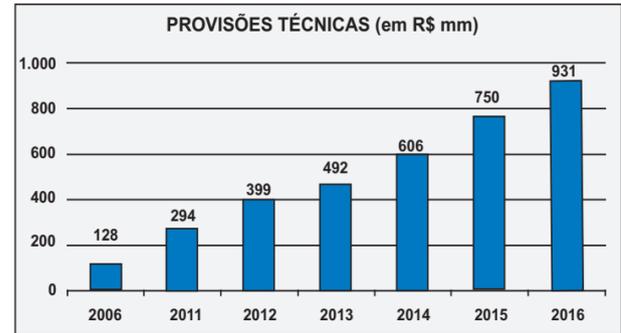
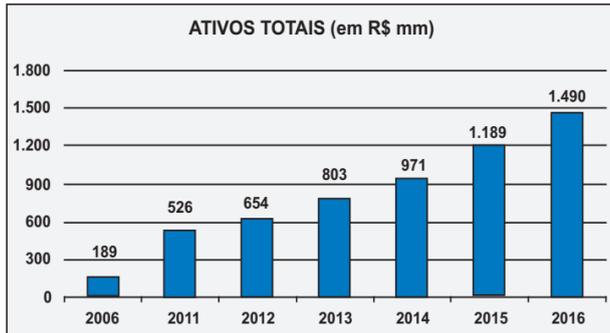
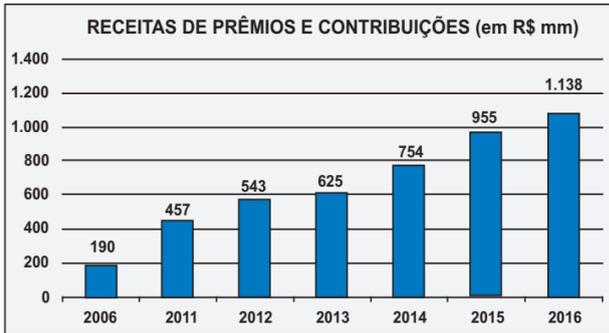
Declaração

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, a Mongeral Aegon declara sua capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

Agradecimentos

A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, parceiros comerciais e corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado.

A Administração



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		807.631	630.055	Circulante		525.159	379.011
Disponível				Contas a pagar		52.518	54.117
Caixa e bancos		3.460	2.275	Obrigações a pagar	13	24.756	23.751
Aplicações				Impostos e encargos sociais a recolher		7.806	8.546
Créditos das operações com seguros e resseguros				Encargos trabalhistas		11.105	10.611
Prêmios a receber	7	587.064	476.602	Empréstimos e financiamentos	19	3.706	3.250
Operações com seguradoras		70.490	45.065	Impostos e contribuições		5.145	7.959
Operações com resseguradoras	9 (a)	36.430	22.058	Débitos de operações com seguros e resseguros		46.190	39.674
Outros créditos operacionais		1.073	843	Prêmios a restituir		4	-
Créditos das operações com previdência complementar				Operações com seguradoras		173	527
Valores a receber	9 (b)	40.171	24.772	Operações com resseguradoras		35.937	27.915
Créditos de resseguros	9 (c)	13.657	11.724	Corretores de seguros e resseguros		9.957	8.506
Operações com repasses		1.799	1.603	Outros débitos operacionais		119	2.726
Ativos de resseguro - provisões técnicas		40.321	22.727	Débitos de operações com previdência complementar		39.204	20.901
Seguros	17 (a)	26.786	16.515	Operações de resseguros	15 (a)	28.743	11.224
Previdência		13.535	6.212	Operações de repasses		833	561
Títulos e créditos a receber		17.891	13.780	Outros débitos operacionais		9.628	9.116
Títulos e créditos a receber		674	585	Depósitos de terceiros		9.621	3.641
Créditos tributários e previdenciários	22 (b)	6.982	9.425	Provisões técnicas - seguros	17	292.078	187.175
Outros créditos				Danos		70.004	41.565
Adiantamentos a funcionários		9.020	2.625	Pessoas		161.933	103.609
Adiantamentos administrativos		737	991	Vida individual		59.212	40.202
Outros		478	154	Vida com cobertura por sobrevivência		929	1.799
Outros valores e bens		756	865	Provisões técnicas - previdência complementar	16 (a)	85.548	73.503
Empréstimos e depósitos compulsórios		53	53	Planos bloqueados		631	914
Despesas antecipadas		6.367	6.893	Planos não bloqueados		83.981	71.463
Custos de aquisição diferidos		25.602	23.696	PGBL/PRGP		936	1.126
Seguros	17 (c)	19.754	18.001	Não circulante		666.590	537.747
Previdência	16 (b)	5.848	5.695	Contas a pagar		11.731	7.857
Não circulante		682.057	559.029	Obrigações a pagar	14	579	1.475
Realizável a longo prazo		484.322	406.695	Tributos diferidos	22 (b)	4.966	3.954
Aplicações	7	372.918	310.356	Empréstimos e financiamentos	19	6.186	2.428
Ativos de resseguro - provisões técnicas		10.458	6.448	Débitos de operações com previdência complementar		32.885	-
Seguros	17 (a)	8.242	3.984	Operações de resseguros	15 (a)	32.885	-
Previdência		2.216	2.464	Provisões técnicas - seguros	17	283.536	236.188
Títulos e créditos a receber		62.893	55.165	Danos		13.659	16.768
Créditos tributários e previdenciários	22 (b)	42.640	37.251	Pessoas		20.677	20.537
Depósitos judiciais e fiscais	20 (c)	20.253	17.914	Vida individual		60.148	45.448
Outros valores e bens		31	-	Vida com cobertura por sobrevivência		189.052	153.435
Empréstimos e depósitos compulsórios		82	70	Provisões técnicas - previdência complementar	16 (a)	321.040	282.495
Despesas antecipadas		2.647	2.789	Planos bloqueados		147	147
Custos de aquisição diferidos		35.293	31.867	Planos não bloqueados		166.907	153.625
Seguros	17 (c)	27.718	24.547	PGBL/PRGP		153.986	128.723
Previdência	16 (b)	7.575	7.320	Outros débitos		17.398	11.207
Investimentos		37.371	17.218	Provisões judiciais	20	8.871	8.384
Participações societárias	11	20.516	363	Outras Provisões		8.527	8.223
Imóveis destinados à renda	10	16.855	16.855	Patrimônio líquido	21	297.939	272.326
Imobilizado	12	58.626	46.371	Capital social		119.188	119.188
Imóveis de uso próprio		21.159	19.156	Reservas de capital		35.815	35.815
Bens móveis		22.135	20.851	Reserva de reavaliação		1.965	2.043
Outras imobilizações		15.332	6.364	Reservas de lucros		142.691	116.772
Intangível		101.738	88.745	Ajustes de avaliação patrimonial		(1.720)	(1.492)
Outros intangíveis	13			Total do passivo e patrimônio líquido		1.489.688	1.189.084
Total do ativo		1.489.688	1.189.084				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	Nota	2016	2015
Prêmios emitidos		708.728	570.851
Contribuições e prêmios para cobertura de riscos		376.429	334.289
Variação das provisões técnicas		(110.842)	(70.367)
Prêmios ganhos		974.315	834.773
Sinistros ocorridos	23 (a)	(335.636)	(270.731)
Custos de aquisição	23 (d)	(149.547)	(129.601)
Outras receitas e despesas operacionais	23 (c)	(6.635)	(15.398)
Resultado com operações de resseguro	23 (b)	(358)	4.108
		(492.176)	(411.622)
Rendas de contribuições e prêmios		52.386	49.897
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(41.459)	(41.254)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		10.927	8.643
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		3.767	2.981
Variação de outras provisões técnicas		(18.278)	(21.842)
Custos de aquisição	23 (d)	(116.727)	(88.584)
Outras receitas e despesas operacionais	23 (e)	(27.816)	(10.806)
		(159.054)	(118.251)
Despesas administrativas	23 (f)	(277.611)	(252.119)
Despesas com tributos	23 (g)	(32.899)	(28.341)
Resultado financeiro	23 (h)	42.861	41.534
Resultado patrimonial	23 (i)	76	4
		(267.573)	(238.922)
Resultado operacional		66.439	74.621
Ganhos (perdas) com ativos não correntes		(11)	(18)
Resultado antes dos impostos e participações		66.328	74.603
Imposto de renda	22 (a)	(12.672)	(14.911)
Contribuição social	22 (a)	(8.955)	(9.533)
Participação sobre o resultado		(18.860)	(18.074)
Lucro líquido do exercício		25.841	32.085
Quantidade de ações		21.806.024	21.806.024
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	21 (d)	1,18	1,47

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	25.841	32.085
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Realização reserva de reavaliação	(142)	(142)
Efeito do imposto de renda e contribuições social	64	58
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(380)	260
Efeito do imposto de renda e contribuições social	152	(55)
Resultado abrangente do exercício	25.535	32.206

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	25.841	32.085
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciações	7.685	5.884
Amortizações	7.898	5.486
Resultado de equivalência patrimonial	(112)	(4)
Reversão provisão para liquidação do capital dos associados Clube Mongeral	(2.600)	-
IR e CSLL Diferido	21.627	24.444
Participação sobre resultado	18.620	18.074
Perda por redução de valor recuperável de ativos	(11.643)	(7.158)
Provisões judiciais	487	5.893
Excedente técnico	5.704	2.823
	73.747	87.527
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(173.252)	(146.436)
Créditos das operações de seguros, resseguros e previdência complementar	(31.311)	(8.273)
Ativos de resseguros	(21.604)	(3.918)
Créditos fiscais e previdenciários	(2.946)	(7.293)
Depósitos judiciais e fiscais	(2.661)	(7.769)
Despesas antecipadas	668	(1.092)
Custo de aquisição diferidos	(5.332)	(9.542)
Outros ativos	(6.165)	1.084
Fornecedores	(18.254)	(16.527)
IR e CSLL	(2.576)	2.327
Impostos e contribuições	(21.595)	(18.071)
Débitos de operações com seguros, previdência e resseguros	60.303	17.179
Depósito de terceiros	5.980	867
Provisões técnicas	202.	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
					Legal	Reserva especial para dividendos	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	89.188	30.000	35.815	2.127	4.882	12.491	67.230	(1.697)	-	240.036
Realização por depreciação	-	-	-	(84)	-	-	-	-	84	-
Aprovação do aumento de capital pela SUSEP (Nota 21(a))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	205	-	205
Aumento de capital em aprovação (Nota 21 (a))	30.000	(30.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	32.085	32.085
Proposta para destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	1.604	-	-	-	(1.604)	-
Reserva especial para dividendos (Nota 21 (c))	-	-	-	-	-	7.641	-	-	(7.641)	-
Retenção de lucros (Nota 21 (c))	-	-	-	-	-	-	22.924	-	(22.924)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	119.188	-	35.815	2.043	6.486	20.132	90.154	(1.492)	-	272.326
Realização do aumento de capital (Nota 21 (a))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização por depreciação	-	-	-	(78)	-	-	-	-	78	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(228)	-	(228)
Proposta para destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	25.841	25.841
Reserva legal	-	-	-	-	1.293	-	-	-	(1.293)	-
Reserva especial para dividendos (Nota 21 (c))	-	-	-	-	-	6.157	-	-	(6.157)	-
Retenção de lucros (Nota 21 (c))	-	-	-	-	-	-	18.469	-	(18.469)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	119.188	-	35.815	1.965	7.779	26.289	108.623	(1.720)	-	297.939

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - Em milhares de reais

1. Informações gerais

A Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede no Brasil e matriz domiciliada à Travessa Belas Artes, 15 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. Aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sua transformação em uma seguradora de vida e previdência foi publicada no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2004, através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 69.

Pela Portaria nº 3.248, de 20 de maio de 2009, a SUSEP aprovou o acordo de *joint venture* entre a Mongeral e a AEGON Brasil Holding Ltda., que passou a participar em 50% do capital da Seguradora.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2017.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

(a) Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP").

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros derivativos, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, avaliação da obrigação por benefícios de pensão e tributos diferidos ativos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação (Nota 4).

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das principais políticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos.

(b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as seguintes categorias:

(i) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do exercício. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. A Seguradora tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento.

Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com o vencimento do título; e são avaliados pelo seu valor justo na data de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

(iii) Ativos disponíveis para venda

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

(c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro

A Seguradora classifica como contratos de seguros todas as apólices e contratos das modalidades dos ramos de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, DPVAT, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

(d) Ativos e passivos de resseguros

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo (incluindo a estimativa da parcela de sinistros ocorridos e não avisados). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado. Atualmente, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora.

(e) Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de janeiro de 2015 e Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em notas técnicas atuariais (NTA):

(i) Seguros

• Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculado pelo método "pro rata die", de acordo com as normas da SUSEP para os seguros de pessoas. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial.

• Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão de sinistros a liquidar para seguros de pessoas corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de seguros de pessoas. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais.

• Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais.

• Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme nota técnica atuarial. Com a publicação da Circular SUSEP nº 517/15, esta provisão veio substituir a Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que foi extinta.

(ii) Previdência complementar

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBAC) e de Benefícios Concedidos (PMBC)

Representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em pressupostos atuariais e taxas de juros quando for o regime financeiro de capitalização. A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada enquanto que a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se àqueles cuja percepção dos benefícios já foi iniciada.

As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIE's).

Produto	Descrição	Taxa de Juros	Taxa de Carregamento	Tábuas	Modalidade
102	Pecúlio por Morte	0	30	CSO-80M	Previdência
103	Pecúlio por Invalidez	0	30	Álvaro Vindas	Previdência
108	Pecúlio por Morte	0	30	CSO-58	Previdência
113	Renda por Invalidez	4%	30	Álvaro Vindas / Winklewoss	Previdência
517	Pensão	4%	30	CSO-80	Previdência
534	Prazo Certo Resgatável	4%	19,36	AT83 Male	Seguros
546	Vida Inteira	0	30	CSO-58	Seguros
581	DIT	0	42	Experiência Própria	Seguros
589	Pecúlio por Morte	0	5,53	CSO80	Previdência
590	Pecúlio por Invalidez	0	30	Álvaro Vindas	Previdência

• Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)

É calculada para os planos de morte e invalidez de previdência e seguros de vida individual pelo método "pro rata die", com base nas contribuições e prêmios líquidos emitidos no mês, quando for o regime financeiro de repartição e tem por objetivo provisionar a parcela de contribuições e prêmios, correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo.

• Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de contribuições ou prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora.

• Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)

É constituída para os planos de previdência, seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato.

As provisões técnicas relacionadas aos seguros do ramo DPVAT são registradas com base em informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A..

(f) Custos de aquisição diferidos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices.

As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo.

(g) Reconhecimento de sinistros, benefícios e despesas

Os sinistros decorrentes dos ramos de seguros de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, DPVAT, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural, incluem todos os eventos que ocorrem durante o exercício, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

(h) Imóveis destinados à renda

Os imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) estão apresentados pelo valor reavaliado constante de laudo de avaliação em 30 de abril de 2006. A partir de 1º de janeiro de 2011, o respectivo valor justo é determinado anualmente somente para fins de divulgação.

(i) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem a escritórios de propriedade da Seguradora. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais reavaliação, menos depreciação acumulada, o custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A Seguradora optou por manter até sua realização, o saldo de reserva de reavaliação de imóveis existente em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pelo CPC 13, Adoção Inicial da Lei nº11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e, como segue:

Edificações	25 anos
Equipamentos de informática e telecomunicação	5 anos
Móveis máquinas e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Aeronave	10 anos

(j) Intangível

O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento de sistemas cuja amortização se dará linearmente pelo prazo de vinte anos.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de dez anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

• É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.

• A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.

• O *software* pode ser vendido ou usado.

• Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.

• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.

• O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

(k) Recuperabilidade de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperabilidade do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

(l) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados.

Se, em exercício subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

(m) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

(n) Passivos financeiros - financiamentos

Os passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos e transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro.

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro.

Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo.

As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo prazo das operações.

(o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o CPC 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota". As regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios para cada uma das classificações, foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis. Esse estudo é atualizado a cada data de balanço. O resultado desse estudo indicou as seguintes perdas históricas, utilizadas no provisionamento em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Valor em Risco	
	2016	2015
Perda provável	91%	92%
Perda possível	48%	52%
Perda remota	2%	3%

No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não relacionada a sinistros e benefícios, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações em curso são contabilizados na rubrica "depósito judiciais e fiscais" no ativo realizável a longo prazo. Os depósitos judiciais de natureza fiscal são atualizados monetariamente com base na variação da taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC). Os depósitos de natureza cível são atualizados monetariamente com base no índice da poupança. O valor da atualização é reconhecido na demonstração do resultado do exercício como receita financeira.

(p) Teste de Adequação do Passivo (TAP)

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base. O teste avalia as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes.

Dessa forma, são avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data-base do teste, excluindo-se, ainda, os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPEM e SFH/SH e os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa.

O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzidas das despesas de comercialização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxos de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.

A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixas futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não viesadas, incluindo também as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. Os cálculos foram realizados pela Companhia brutos de resseguro utilizando como premissa de sobrevivência e morte a tábua biométrica BR-EMS e para premissa de invalidez 40% da tábua Álvaro Vindas. Utilizou-se as estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP para descontar a valor presente as estimativas correntes dos fluxos de caixas futuros. A taxa de juros contratada para os ativos está adequada com o que foi contratado para os passivos.

Os testes de adequação de passivos de 31 de dezembro de 2016 e 2015 indicaram que as provisões constituídas nestas datas base, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, não havendo necessidade de ajuste nas provisões da Seguradora.

(q) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios a empregados participantes, estruturados nas modalidades de contribuição definida (Plano de Benefícios Mongeral) e contribuição variável (Plano de Benefícios nº 3). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a Conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

Para a determinação do passivo da Entidade é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto no CPC 33, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia faz contribuições para o Mongeral AEGON Fundo de Pensão, uma entidade separada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(r) Reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição diferidos são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice.

As contribuições para planos de previdência complementar e produtos Vida Gerador de Benefício Livre ("VGBL") são reconhecidos pelo regime de competência, que, no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais, passaram a ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme metodologia definida em nota técnica atuarial.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

(s) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Mongeral AEGON não possuía ações preferenciais. Desta forma, não há diferenças no cálculo do lucro por ação básico e diluído, nos termos do CPC 41 – Resultado por Ação.

4. Normas novas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016.

IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 15. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Companhia está avaliando os impactos de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

5. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(a) Provisões técnicas

Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco

Para contratos de seguro dos ramos de seguros de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a parcela dos riscos vigentes ou que ainda não tenham sido extintos.

No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL ou PBAR) e dos sinistros ocorridos, mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em nota técnica atuarial.

A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores e índices esperados de perdas.

O comportamento histórico de sinistros e eventos são analisados basicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. Nenhuma premissa explícita é considerada sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas; as premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam.

Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas.

Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os planos de seguros e previdência. Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência.

(b) Custos de aquisição diferidos

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo.

(c) Avaliação da obrigação por benefícios a empregados

Os custos relativos aos planos patrocinados da Mongeral AEGON Fundo de Pensão são determinados anualmente pela avaliação atuarial, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios. A avaliação atuarial envolve premissas sobre taxas de juros, taxas esperadas de retorno sobre ativos, rotatividade, taxas de mortalidade e de invalidez.

(d) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguos e resseguos

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguos e resseguos. Em 31 de dezembro de 2016 não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados.

(e) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

(f) Perda por redução ao valor recuperável

A Administração revisa semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(g) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(h) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos, envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

6. Gestão de risco

(a) Gestão de risco de seguro

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição de risco acima é reduzida por meio de diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por meio de seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto aos resseguradores locais: IRB-Brasil Re S.A. e Scor Brasil Resseguros S.A., e aos resseguradores admitidos Scor Global Life Americas Reinsurance Company e Hannover Rück SE.

A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente, através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente possui cobertura de resseguro para todas as coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O Resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto as resseguradoras estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar, e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro. Dos riscos cedidos em Resseguro, 85% destinam-se ao Ressegurador Local e os demais distribuídos entre os Resseguradores Admitidos.

Resseguradores por categoria de risco			
Nome Ressegurador	Tipo de Atuação	Agência Classificadora	Classificação de Risco
3162-3 - IRB Brasil Resseguros S.A.	local	A. M. Best Company	A-
3155-1 - Scor Brasil Resseguros S.A.	local	Standard & Poor's	BBB+
4149-1 - Hannover Rück SE	Admitida	A. M. Best Company	A+
4149-1 - Hannover Rück SE	Admitida	Standard & Poor's / FITCH	AA-
4466-1 - Scor Global Life Americas Reinsurance Company	Admitida	A. M. Best Company	A+
4466-1 - Scor Global Life Americas Reinsurance Company	Admitida	Standard & Poor's / FITCH	AA-

Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha "Vida Toda" temporários de 5 a 20anos, produtos com cobertura vitalícia, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição simples e de capitais de cobertura, pagos de forma única e sob a forma de renda.

Existem ainda produtos voltados para a terceira idade e para policiais com taxas ajustadas aos perfis de risco, coberturas para funeral e serviços diversos.

Para a gestão dos riscos de seguros, a Mongeral AEGON revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela Superintendência Técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras.

Há limites diferenciados de capital segurado por cobertura, região, ramo, idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva e pela Presidência da Seguradora.

Visando a melhor diversificação possível, a seguradora tem aumentado sua opção de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional.

Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

Ramo	2016			2015		
	Prêmios Emitidos Líquidos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento	Prêmios Emitidos Líquidos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento
Acidentes pessoais coletivos	78.830	16%	18%	68.125	21%	19%
Acidentes pessoais individuais	17.030	23%	18%	14.804	28%	19%
Auxílio funeral	16.503	14%	18%	13.922	13%	19%
Doenças graves ou doença terminal	8.643	40%	18%	4.430	20%	19%
DPVAT	46.828	85%	1%	45.490	79%	1%
Perda de certificado de habilitação de voo	3.287	53%	18%	2.130	136%	19%
Dotal misto	67.254	-	18%	42.338	0%	19%
Prestamista	83.823	34%	18%	53.614	30%	19%
Prestamista - Habitacional	-	-	18%	284	96%	19%
Renda de eventos aleatórios	112.621	29%	18%	94.356	26%	19%
Seguro de vida produtor rural	18.944	23%	18%	12.183	25%	19%
Vida em grupo	77.219	55%	18%	64.564	50%	19%
Vida individual	177.746	22%	18%	154.611	18%	19%
Total	708.728			570.851		

O índice de comissionamento foi calculado a partir do % médio praticado nos estudos de viabilidade econômica (*pricing*), que se baseia no comissionamento real pago pela Seguradora.

Com relação a alguns riscos ocorridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que em um médio prazo desta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existente. Espera-se o mesmo impacto com relação a taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta Seguradora em seus produtos.

A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Mongeral AEGON acompanha o movimento mundial incrementando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco bastante mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Acompanham-se sistematicamente os impactos gerados nos excedentes financeiros dos contratos de seguros. Porém, como poucos são os planos que o preveem e dado o baixo nível de conversibilidade, este é considerado como de baixo impacto.

As potenciais exposições e/ou concentrações de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais, observados a localidade e linha de negócios. Estes apontam as ações corretivas a serem aplicadas na região e/ou linha de negócio, quando necessárias.

O quadro abaixo exibe a concentração do risco, na região e no ramo de seguro, baseados no prêmio bruto e líquido de resseguro.

Distribuição de prêmio bruto de resseguro

Ramos	2016					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	3.125	6.664	1.671	58.780	8.589	78.829
Acidentes pessoais Individuais	1.979	1.559	437	10.249	2.807	17.031
Auxílio Funeral	978	836	166	12.782	1.742	16.504
Doenças Graves ou Doença Terminal	712	1.113	680	5.115	1.024	8.644
DPVAT	4.433	8.401	2.610	22.021	9.361	46.826
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	17	26	10	3.212	22	3.287
Dotal Misto	6.378	4.539	931	45.191	10.214	67.253
Prestamista	31	81	45	83.411	256	83.824
Renda de eventos aleatórios	8.854	22.768	5.904	56.259	18.836	112.621
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	18.944	-	18.944
Vida em Grupo	2.452	4.422	963	55.624	13.759	77.220
Vida Individual	20.179	15.641	2.518	114.684	24.723	177.745
Total	49.138	66.050	15.935	486.272	91.333	708.728

Distribuição de prêmio líquido de resseguro

Ramos	2016					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	3.081	6.569	1.647	57.944	8.467	77.708
Acidentes pessoais Individuais	1.812	1.428	400	9.386	2.571	14.805
Auxílio Funeral	978	836	166	12.782	1.742	16.504
Doenças Graves ou Doença Terminal	641	1.003	613	4.608	922	7.787
DPVAT	4.433	8.401	2.610	22.021	9.361	46.826
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	15	23	9	2.785	19	2.851
Dotal Misto	6.374	4.536	930	45.165	10.208	67.213
Prestamista	31	81	45	82.198	256	82.611
Renda de eventos aleatórios	6.720	17.281	4.481	42.701	14.296	85.479
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	18.670	-	18.670
Vida em Grupo	2.374	4.281	932	53.848	13.320	74.755

Ramos	Distribuição de prêmio líquido de resseguro					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	3.007	6.704	1.591	47.419	8.371	67.092
Acidentes pessoais Individuais	1.643	1.333	352	7.745	2.467	13.540
Auxílio Funeral	766	812	153	10.604	1.588	13.923
Doenças Graves ou Doença Terminal	288	542	345	2.123	670	3.968
DPVAT	4.198	8.284	2.535	21.499	8.974	45.490
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	6	18	5	1.732	14	1.775
Dotal Misto	4.489	1.433	254	33.800	2.344	42.320
Prestamista	132	5	45	52.473	162	52.817
Prestamista - Habitacional	-	-	-	154	101	255
Renda de eventos aleatórios	5.066	14.375	3.529	35.367	12.495	70.832
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	12.019	-	12.019
Vida em Grupo	2.198	4.239	817	41.779	12.706	61.739
Vida Individual	17.622	13.663	2.141	90.093	20.475	143.994
Total	39.415	51.408	11.767	356.807	70.367	529.764

Testes de sensibilidade

A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança possível e razoável nas seguintes variáveis: sinistralidade, taxas de juros, índice de conversibilidade, mortalidade, sobrevivência e inflação. Estas variáveis são as mesmas requisitadas através da Circular SUSEP nº 517/2015.

A variável inflação não tem impacto nestes indicadores uma vez que é um risco mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Desta maneira, um choque na inflação tem o mesmo impacto tanto no passivo quanto no ativo.

A variável do índice de conversibilidade também não gera impacto, uma vez que a Seguradora utiliza atualmente a premissa de 100% na apuração de nossas provisões.

O impacto da sinistralidade em 31 de dezembro de 2016 foi testado através do aumento e da redução de 1,10% e 7,60%, para seguros e previdência respectivamente, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido, conforme tabela abaixo:

Variáveis	Premissas	Bruto de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 1,10%	(159)	(0,62)	(0,05)
Sinistralidade	Redução de 1,10%	159	0,62	0,05

Variáveis	Premissas	Líquido de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 7,60%	(8.305)	(32,14)	(2,79)
Sinistralidade	Redução de 7,60%	8.305	32,14	2,79

Variáveis	Premissas	Bruto de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 1,10%	(115)	(0,45)	(0,04)
Sinistralidade	Redução de 1,10%	115	0,45	0,04

Variáveis	Premissas	Líquido de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 7,60%	(6.440)	(24,42)	(2,16)
Sinistralidade	Redução de 7,60 %	6.440	24,42	2,16

A sensibilidade da redução e/ou aumento de 1% de taxa de juros, como também 50% em persistência, 15% de mortalidade, 20% em sobrevivência e 25% de entrada em invalidez, foi testada pela Administração. O resultado da análise não impactou no passivo, no resultado e no patrimônio líquido do exercício.

(b) Risco de mercado

Risco de mercado pode ser definido como a volatilidade de resultados inesperados, relacionados com a possibilidade de perdas em atividades no mercado financeiro. Podem, por exemplo, ocorrer prejuízos como resultado da movimentação da taxa de juros, alteração dos níveis cambiais e índices de mercado, entre outros.

Destacam-se como principais composições na carteira da Seguradora, investimentos pré-fixados e indexados ao índice de preços IPCA e IGP-M. Vale ressaltar que os ativos marcados na curva, ou seja, aqueles ativos que serão carregados até seus respectivos vencimentos, são precificados em função das taxas acordadas quando de suas aquisições. Para os ativos marcados a mercado (MTM), a precificação se dá através da utilização de preços/estruturas de taxas de juros correntes e referenciais de mercado.

As principais ferramentas e variáveis de risco considerados na análise da carteira, é o *Value at Risk (VaR)* que pode ser definido como a perda potencial de um portfólio dado um intervalo de confiança, em um período de tempo; o DV01 que é a análise de sensibilidade de todos os fluxos de pagamento da carteira; e os testes de estresse que são choques geralmente horizontais nos preços de mercado. Tais análises são realizadas pela equipe técnica do grupo, calçada de sistema específico de risco de mercado a fim de preservar o patrimônio da Segurado bem como suportar o planejamento e controle para tomadas de decisões.

A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade nos principais grupos de ativos financeiros marcados a mercado da Seguradora.

Grupo	DV01
PRE	0,02%
Choque de 1% na taxa	-0,29%

(c) Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias (*ratings*).

Controle do risco de crédito por meio da política de investimentos

Com o objetivo de administrar a exposição da Mongeral AEGON ao risco de crédito, a Seguradora possui uma política de investimentos onde é priorizado os investimentos em títulos públicos federais e um percentual reduzido em títulos de crédito com boa classificação de risco pelas maiores agências de classificação de risco.

O cumprimento da referida política é acompanhada pelo departamento de Investimentos, que está subordinado à diretoria financeira da Mongeral AEGON.

A gestão de riscos de crédito da Seguradora é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa da Companhia e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes com alta qualidade de *rating* de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, com exceção dos títulos públicos federais e fundos de investimentos não exclusivos, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*:

Emissor	Rating	Agência	31 de dezembro	31 de dezembro
			de 2016	de 2015
Arteris	brAA-	S&P	1.109	1.038
Autovias	brAA-	S&P	502	978
ABC	AA+(bra)	Fitch	693	1.447
Banco Alfa	AA(bra)	Fitch	6.771	638
Banco BBM	Aaa.br	Moody's	5.662	1.393
Banco Bradesco	AAA(bra)	Fitch	5.150	6.202
Banco BRB	-	-	3.359	-
Banco Daycoval	brA	S&P	52	5.776
Banco do Brasil	AA+(bra)	Fitch	3.940	1.968
Banco HSBC	-	-	7.168	-
Banco Industrial	AA-(bra)	Fitch	5.436	5.178
Banco Indusval	-	-	3.883	-
Banco Itaú	Aa1.br	Moody's	13.015	7.957
Banco Mercantil	B2.br	Moody's	4.802	711
Banco Mercedes	AAA(bra)	Fitch	282	2.028
Banco Original	BBB+(bra)	Fitch	63	461
Banco Paraná	brA	S&P	4.137	1.083
Banco RCI Brasil	-	-	2.399	-
Banco Safra	AA+(bra)	Fitch	295	6.409
Banco Santander	brAA-	S&P	1.138	7.621
Banco Volkswagen	brAA-	S&P	604	1.389
Bancoob	AA-(bra)	Fitch	1.691	10.238
BM&FBovespa	Aaa.br	Moody's	1.667	-
Bndespar	-	-	1.740	-
Br Malls	AA+(bra)	Fitch	235	365
Bradespar	AAA(bra)	Fitch	7.274	107
Caixa	AA+(bra)	Fitch	2.412	7.189
Cemig Dist.	Baa1.br	Moody's	4.145	1.048
Cemig Ger e Trans.	Baa1.br	Moody's	960	2.615
Cielo	AAA(bra)	Fitch	2.538	3.268
Comgás	Aa1.br	Moody's	5.157	1.759
Copel	AA+(bra)	Fitch	12.043	2.696
CPSEC	brAA-	S&P	1.758	321
Ecorodovias	A2.br	Moody's	6.729	1.759
Estácio	brAA-	S&P	705	1.387
Intervias	brAA-	S&P	77	1.745
Localiza	Aa1.br	Moody's	1.517	2.085
Lojas Americanas	AA-(bra)	Fitch	1.935	2.772
MRS	brAA-	S&P	1.319	815
Multipian	brAA+	S&P	1.129	3.164
Petrobras	brBBB-	S&P	2.802	282
Renner	brAA+	S&P	2.446	2.074
Rodoanel	A2.br	Moody's	991	-
Sabesp	brA+	S&P	2.806	1.019
Sanepar	A1.br	Moody's	3.433	-
Telefônica	Aaa.br	Moody's	663	1.711
Trans Aliança	Baa1.br	Moody's	5.864	737
Unidas	brA+	S&P	726	-
Viaoveste	A2.br	Moody's	205	1.406
			126.878	121.388

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Alada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis.

A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

Seguros	2016		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	1.834	1.834	3.668
Aplicações	266.792	197.647	464.439
Aplicações DPVAT	83.682	-	83.682
Créditos das operações com seguros e resseguros	70.490	-	70.490
Ativos de resseguros - provisões técnicas	26.786	8.242	35.028
Títulos e créditos a receber	9.482	33.333	42.815
Outros ativos	401	16	417
Empréstimos e depósitos compulsórios	28	44	72
Total ativo	459.495	239.282	698.777
Passivo			
Contas a pagar	27.834	6.217	34.051
Provisões técnicas - seguros	222.074	269.877	491.951
Provisões técnicas - DPVAT	70.004	13.659	83.663
Débitos das operações com seguros	46.190	-	46.190
Depósitos de terceiros	3.940	-	3.940
Total passivo	370.042	289.753	659.795

Previdência	2016		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	1.626	-	1.626
Aplicações	236.590	175.271	411.861
Créditos das operações com previdência complementar	55.627	-	55.627
Ativos de resseguros - provisões técnicas	13.535	2.216	15.751
Títulos e créditos a receber	8.409	29.560	37.969
Outros ativos	355	15	370
Empréstimos e depósitos compulsórios	25	38	63
Total ativo	316.167	207.100	523.267
Passivo			
Contas a pagar	24.684	5.514	30.198
Provisões técnicas - previdência	85.548	321.040	406.588
Débitos das operações com previdência	39.204	32.885	72.089
Depósitos de terceiros	5.681	-	5.681
Total passivo	155.117	359.439	514.555

Seguros	2015		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	1.160	-	1.160
Aplicações	213.309	158.282	371.591
Aplicações DPVAT	58.349	-	58.349
Créditos das operações com seguros e resseguros	45.065	-	45.065
Ativos de resseguros - provisões técnicas	16.515	3.984	20.499
Títulos e créditos a receber	7.028	28.134	35.162
Outros ativos	441	-	441
Empréstimos e depósitos compulsórios	27	35	62
Total ativo	341.894	190.435	532.329
Passivo			
Contas a pagar	27.600	4.007	31.607
Provisões técnicas - seguros	145.610	219.419	365.029
Provisões técnicas - DPVAT	41.565	16.769	58.334
Débitos das operações com seguros	39.674	-	39.674
Depósitos de terceiros	544	-	544
Total passivo	254.993	240.195	495.188

Previdência	2015		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	1.115	-	1.115
Aplicações	204.944	152.074	357.018
Créditos das operações com previdência complementar	38.099	-	38.099
Ativos de resseguros - provisões técnicas	6.212	2.464	8.676
Títulos e créditos a receber	6.752	27.031	33.783
Outros ativos	424	-	424
Empréstimos e depósitos compulsórios	26	35	61
Total ativo	257.572	181.604	439.176
Passivo			
Contas a pagar	26.517	3.850	30.367
Provisões técnicas - previdência	73.503	282.495	355.998
Débitos das operações com previdência	20.901	-	20.901
Depósitos de terceiros	3.097	-	3.097
Total passivo	124.018	286.345	410.363

(e) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Ativos Financeiros	2016			2015				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e bancos	492.467	467.515	262.062	1.222.044	386.475	400.483	184.547	971.505
Aplicações financeiras	492.467	467.515	-	959.982	386.475	400.483	-	786.958
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado	90.731	481.150	-	571.881	59.874	400.483	-	460.357
Recibo de depósitos bancários	-	12.044	-	12.044	-	10.239	-	10.239
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT	-	83.682	-	83.682	-	58.349	-	58.349
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	-	56.129	-	56.129	-	62.455	-	62.455
Quotas de fundos de investimentos multimercado	-	68.007	-	68.007	-	43.003	-	43.003
Fundos Especialmente Constituídos:								
Letras financeiras do tesouro	12.494	-	-	12.494	22.488	-	-	22.488
Notas do tesouro nacional série - B	6.841	-	-	6.841	10.822	-	-	10.822
Notas do tesouro nacional série - C	-	-	-	-	524	-	-	524
Notas do tesouro nacional série - F	6.605	-	-	6.605	-	-	-	-
Operação compromissada	64.945	-	-	64.945	26.144			

	2015							
	Sem ven- cimen- to	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	13.090	12.924	49.481	247.951	323.446	310.472
Fundos especialmente constituídos:								
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional série B	-	-	13.090	4.165	49.481	137.006	203.742	185.595
Notas do tesouro nacional serie C	-	-	-	8.759	-	110.945	119.704	124.877
Total geral	419.439	-	23.329	13.448	82.791	247.951	786.958	773.983

O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos de renda variável foi obtido a partir do preço divulgado pela Bovespa.

Os títulos públicos federais, classificados como Mantidos até o Vencimento, foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Em 31 de dezembro de 2016, a Seguradora possui capacidade financeira para manter os títulos mantidos até o vencimento nesta categoria.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Seguradora possuía em seus fundos de investimento exclusivos, contratos futuros de depósito interfinanceiro (DI).

Os valores dos ajustes diários são contabilizados diariamente dentro do fundo de investimento especialmente constituído. A posição, em quantidade de contratos, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é como segue:

Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quan- tidade	Valor de refe- rência	31 de de- zembro de 2016	31 de de- zembro de 2015	Objetivo
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	02/01/2017	3	R\$ 100	3	13	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2018	1	R\$ 100	1	20	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2019	1	R\$ 100	1	41	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2019	32	R\$ 100	32	45	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2020	60	R\$ 100	60	0	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2020	2	R\$ 100	2	0	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	04/01/2021	120	R\$ 100	120	25	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	04/01/2021	39	R\$ 100	39	0	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	03/01/2022	3	R\$ 100	3	0	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2023	3	R\$ 100	3	0	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2024	3	R\$ 100	3	0	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2025	35	R\$ 100	35	30	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2025	4	R\$ 100	4	0	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2026	3	R\$ 100	3	0	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	04/01/2027	70	R\$ 100	70	0	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	04/01/2027	16	R\$ 100	16	0	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2020	35	R\$ 100	35	0	Hedge
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	02/01/2017	0	R\$ 100	0	20	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	04/01/2016	0	R\$ 100	0	3	Hedge

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o hedge da carteira da Seguradora. No caso dos contratos futuros de DI, a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação da taxa de juros. Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Seguradora. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição.

Em relação ao controle dos riscos, os mesmos são calculados diariamente através de métricas amplamente conhecidas e divulgadas no mercado (V@R, Tracking Error e Testes de stress), estabelecidas em mandatos de gestão e utilizando-se de ferramentas do The Bank of New York Mellon.

(c) Movimentação das aplicações financeiras

A movimentação das aplicações financeiras pode ser assim demonstrada:

	Títulos Privados - Fixo e Variável		Quotas de Fundos de Investimento		Outras Aplicações		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldo Inicial	12.424	12.970	774.137	626.993	397	355	786.958	640.318
Aplicações	55.695	84.269	542.831	429.828	5.987	4.567	604.513	518.664
Resgates	(55.592)	(86.378)	(482.449)	(376.603)	(5.239)	(4.531)	(543.280)	(467.512)
Rendimentos	1.004	1.563	110.779	93.919	8	6	111.791	95.488
Saldo Final	13.531	12.424	945.298	774.137	1.153	397	959.982	786.958

8. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN através da Resolução nº 4.444 de 13 de novembro de 2015 e a SUSEP através da Circular nº 517 de 30 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

	2016	2015
Provisões técnicas - seguros e previdência	982.202	779.361
Ativos redutores da necessidade de cobertura		
Provisões técnicas - resseguros	(46.370)	(26.792)
Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG	(16.808)	(13.243)
Direitos creditórios	(17.945)	(10.526)
Provisões técnicas - PGBL e VGBL	(259.698)	(227.192)
DPVAT	(83.663)	(58.333)
Outras	(2.640)	(601)
Total das reduções	(427.124)	(336.686)
Provisões técnicas para cobertura (líquido)	555.078	442.675
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Quotas de fundos de investimento	116.776	97.141
Quotas de fundos especialmente constituídos	477.408	383.321
Imóveis	12.518	14.552
Recibo de depósitos bancários	12.044	10.239
Quotas de Fundos Imobiliário	-	1.351
Ações de companhias de capital aberto	1.424	1.804
	620.170	508.408
Suficiência	65.092	65.733

A custódia destes títulos e valores mobiliários é exercida pela SELIC, pela CETIP ou por instituições financeiras credenciadas.

9. Crédito das operações com seguros, resseguros e previdência complementar

(a) Prêmios a receber de segurados

	2016	2015
Composição dos créditos das operações com seguros		
Prêmios a receber de segurados - emitidos	38.180	27.995
Prêmios a receber de segurados - emitidos cosseguro	-	69
Prêmios a receber de segurados - não emitidos	11.953	1.912
Total	50.133	29.976
Redução ao valor recuperável:		
Prêmios a receber de segurados	(13.703)	(7.918)
Total	36.430	22.058
	2016	2015

Aging de prêmios a receber de segurados - emitidos

	2016	2015
A vencer	13.350	11.286
De 1 a 30 dias	13.160	11.146
De 31 a 60 dias	169	130
De 61 a 365 dias	21	10
Vencidos	24.830	16.709
De 1 a 30 dias	8.337	6.312
De 31 a 60 dias	4.117	3.214
De 61 a 365 dias	10.295	5.771
Superior a 365 dias	2.081	1.412
Prêmios pendentes no final do exercício	38.180	27.995

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de prêmios a receber de segurados, está apresentada a seguir:

	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(7.918)	(7.918)
Constituições	(23.012)	(23.012)
Valores revertidos ou baixados	17.227	17.227
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(13.703)	(13.703)
	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(2.713)	(2.713)
Constituições	(15.376)	(15.376)
Valores revertidos ou baixados	10.171	10.171
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(7.918)	(7.918)

(b) Valores a receber previdência complementar

	2016	2015
Composição dos créditos das operações com previdência complementar		
Valores a receber - emitidos	49.390	32.268
Valores a receber - não emitidos	4.135	-
(-) Redução ao valor recuperável	(13.354)	(7.496)
Total	40.171	24.772
	2016	2015

Aging de valores a receber

	2016	2015
A vencer	29.692	14.941
De 1 a 30 dias	25.629	14.164
De 31 a 60 dias	3.195	425
De 61 a 90 dias	868	352
Vencidos	19.698	17.327
De 1 a 30 dias	5.873	10.581
De 31 a 60 dias	3.978	436
De 61 a 365 dias	9.823	5.911
Superior a 365 dias	24	399
Prêmios pendentes no final do exercício	49.390	32.268

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de valores a receber de previdência complementar, está apresentada a seguir:

	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(7.496)	(7.496)
Constituições	(23.830)	(23.830)
Valores revertidos ou baixados	17.972	17.972
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(13.354)	(13.354)
	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(5.544)	(5.544)
Constituições	(15.687)	(15.687)
Valores revertidos ou baixados	13.735	13.735
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(7.496)	(7.496)

(c) Operações com resseguradoras

	2016	2015
Comissão	9.042	4.263
Custos	660	497
Pro Labore	533	(1.665)
Excesso de danos por catástrofe	-	105
Sinistros	21.560	16.958
Crédito das operações seguros	31.795	20.158
Comissão	47	90
Pro Labore	4.079	8.559
Sinistros	9.531	3.075
Créditos das operações previdência	13.657	11.724

O critério para constituição para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração as perdas históricas calculadas pelo montante de arrecadações em relação ao montante de emissões nos últimos anos.

10. Imóveis destinados a renda

Em 31 de dezembro de 2016, o imóvel da Companhia destinado a renda está apresentado a seguir:

	Custo	Reavaliação	Total	Valor de mercado
--	-------	-------------	-------	---------------------

Terrenos destinados à renda
Residencial Farol de Santa Marta
Os valores de mercado dos imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) são determinados anualmente somente para fins de divulgação conforme requerido pelo CPC 28.

11. Participações societárias

Em 27 de abril de 2016, a companhia Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A depositou no Banco do Brasil o valor de R\$ 20.000 a título de adiantamento para constituição da nova seguradora SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A. ("SICOOB") conforme orientação SUSEP.

Em outubro de 2016 foi autorizado o início das operações da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A, o valor depositado para constituição foi incorporado ao patrimônio da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social.

A SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A. é uma sociedade de capital fechado, cujo controle será exercido de forma compartilhada pela Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A e pelo BANCOOB Participações em Seguridade S.A ("BANCOOB"), cada qual detendo 50% do capital constituído. A participação nos lucros e a distribuição de dividendos aos acionistas são realizadas de forma desproporcional à participação acionária (20% Mongeral e 80% BANCOOB), pois leva em consideração a expectativa da remuneração do capital aportado e quantidade de ações preferenciais detidas pelo BANCOOB. Concluída a remuneração do capital aportado, as ações preferenciais serão convertidas em ações ordinárias e a participação nos lucros e a distribuição de dividendos passarão a ser proporcionais à participação de cada acionista no capital social (50% Mongeral e 50% BANCOOB). A SICOOB auferiu um resultado de R\$ 560 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que corresponde a um resultado de equivalência patrimonial e R\$ 112 para a Mongeral.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da conta de participação societária é de R\$ 20.516 composto por SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A no valor de R\$ 20.112, e Seguradora Líder - DPVAT no valor de R\$ 404 (R\$ 363 em 31 de dezembro de 2015).

12. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	2015	Aquisições	Depreciações	2016
Terreno para uso próprio		777	-	-	777
Edificações	4%	18.379	2.989	(986)	20.382
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	13.504	4.834	(4.829)	13.509
Móveis, máquinas e utensílios	10%	7.347	2.163	(884)	8.626
Outras imobilizações (*)	10%	6.364	9.954	(986)	15.332
Total		46.371	19.940	(7.685)	58.626

(*) Refere-se principalmente a aquisição de aeronave no valor de R\$ 4.338 mil.

	Taxa anual de depreciação	2014	Aquisições	Depreciações	2015
Terreno para uso próprio		777	-	-	777
Edificações	4%	9.446	9.645	(712)	18.379
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	7.508	9.400	(3.404)	13.504
Móveis, máquinas e utensílios	10%	6.450	2.035	(1.138)	7.347
Outras imobilizações	10%	4.262	2.732	(630)	6.364
Total		28.443	23.812	(5.884)	46.371

13. Intangível

	2015	Adições	Amortizações	2016
Desenvolvimento de software (1)	88.688	20.891	(7.898)	101.681
Marcas e patentes	57	-	-	57
Total	88.745	20.891	(7.898)	101.738
	2014	Adições	Amortizações	2015
Desenvolvimento de software (1)	78.251	15.923	(5.486)	88.688
Marcas e patentes	51	6	-	57
Total	78.302	15.929	(5.486)	88.745

(1) Em 2016 a companhia continuou investindo no Sistema Operacional eSim, que entrou em produção em novembro de 2015, substituindo definitivamente o sistema anterior, que suportou as operações da Mongeral Aegon entre 1997 e 2015.

14. Obrigações a pagar

	2016	2015
Circulante		
Fornecedores	7.474	6.004
Participação nos lucros a pagar	16.864	

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
Vida individual						
Provisão de prêmios não ganhos	4.812	3.805	297	303	4.515	3.502
Sinistros ocorridos e não avisados	10.819	8.933	2.494	1.918	8.325	7.015
Sinistros a liquidar	22.788	11.891	9.920	3.002	12.868	8.889
Provisão matemática de benefícios a conceder	58.736	44.117	-	-	58.736	44.117
Provisão de excedente financeiro	1.412	1.331	-	-	1.412	1.331
Provisão de despesas relacionadas	207	126	-	-	207	126
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	3.448	1.906	-	-	3.448	1.906
	102.222	72.109	12.711	-	59.511	66.886
Prestamista						
Provisões de prêmios não ganhos	45.456	26.723	11	2	45.445	26.721
Sinistros a liquidar	8.336	4.252	161	45	8.175	4.207
Sinistros ocorridos e não avisados	7.368	5.310	92	63	7.276	5.247
Provisão matemática de benefícios a conceder	172	66	-	-	172	66
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	61.332	36.351	264	110	61.068	36.241
	122.564	72.602	368	220	122.196	72.508
Dotal misto						
Sinistro a liquidar	454	1.392	37	-	417	1.392
Sinistros ocorridos e não avisados	360	213	40	-	320	213
Provisão matemática de benefícios a conceder	83.341	56.499	-	-	83.341	56.499
Provisão para despesas relacionadas	67	57	-	-	67	57
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	16.662	12.024	-	-	16.662	12.024
	100.884	70.185	77	-	100.807	70.185
Habitacional						
Provisões de prêmios não ganhos	-	-	5	-	(5)	-
Sinistros a liquidar	64	8	-	-	64	8
Sinistros ocorridos e não avisados	-	-	-	-	-	-
Provisão despesas relacionadas	-	-	-	-	-	-
	64	8	5	-	59	8
Auxílio funeral						
Provisões de prêmios não ganhos	1.241	1.329	-	-	1.241	1.329
Sinistros a liquidar	842	768	3	2	839	766
Sinistros ocorridos e não avisados	957	805	3	2	954	803
Provisão de despesas relacionadas	40	22	-	-	40	22
Provisão matemática de benefícios a conceder	6	-	-	-	6	-
	3.086	2.924	6	4	3.080	2.920
Doenças graves ou doença terminal						
Provisões de prêmios não ganhos	483	230	137	17	346	213
Sinistros a liquidar	921	214	88	24	833	190
Sinistros ocorridos e não avisados	1.109	483	277	121	832	362
Provisão de despesas relacionadas	11	3	-	-	11	3
	2.524	930	502	162	2.022	768
Prestamista Rural						
Provisões de prêmios não ganhos	9.514	3.877	13	3	9.501	3.874
Sinistros a liquidar	1.022	743	-	-	1.022	743
Sinistros ocorridos e não avisados	1.620	1.040	21	14	1.599	1.026
Provisão de despesas relacionadas	21	10	-	-	21	10
	12.177	5.670	34	17	12.143	5.653
Total	575.614	423.363	35.028	20.499	540.586	402.864
Circulante	292.078	187.175	26.786	16.515	265.292	170.660
Não circulante	283.536	236.188	8.242	3.984	275.294	232.204

(b) Demonstração da movimentação das provisões técnicas no exercício

	2015	Consti-tuições	(-)Reversões/baixas	Encargos financeiros	2016
Provisão bruta	47.505	28.753	(717)	-	75.541
PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos	1.044	1.018	(272)	-	1.790
PDR - Provisão de Despesas Relacionadas	78.220	240.091	(216.231)	594	102.674
PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar	83.182	48.313	(5.913)	-	125.582
IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	197.762	70.983	(51.088)	30.335	247.992
PMBAC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	1.331	63	(90)	110	1.414
PEF - Provisão de Excedente Financeiro	14.319	7.552	(1.250)	-	20.621
ROVR - Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	423.363	396.773	(275.561)	31.039	575.614
	2014	Consti-tuições	(-)Reversões/baixas	Encargos financeiros	2015
Provisão bruta	26.910	23.300	(6.510)	-	43.700
PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos	1.134	600	(690)	-	1.044
PDR - Provisão de Despesas Relacionadas	46.388	171.720	(156.790)	2.373	63.691
PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar	58.040	27.163	(2.021)	-	83.182
IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	157.016	51.641	(25.036)	14.141	197.762
PMBAC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	3.276	1.158	(629)	-	3.805
RNE - Riscos Não Expirados (riscos vigentes e emitidos)	1.239	21	(26)	97	1.331
PEF - Provisão de Excedente Financeiro	14.518	51.899	(52.863)	975	14.529
BAR - Benefícios a Regularizar	8.596	6.929	(1.206)	-	14.319
ROVR - Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	317.117	334.431	(245.771)	17.585	423.363

(c) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos no exercício

	2016	2015
Saldo no início do exercício	42.548	33.024
Constituições	34.931	28.747
Apropriações	(30.007)	(19.223)
Saldo no final do exercício	47.472	42.548
Circulante	19.754	18.001
Não Circulante	27.718	24.547

18. Desenvolvimento de Eventos e Sinistros

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos, dos sinistros pendentes e dos sinistros ocorridos e não avisados, para cada ano de ocorrência, conforme segue:
A primeira tabela demonstra a estimativa de sinistros incorridos, inclui os sinistros avisados em PSL (pagos ou não) e os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), para cada período de ocorrência e em cada Balanço Patrimonial encerrado ao final de cada exercício. A segunda demonstra o desenvolvimento dos pagamentos.

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro (adm + jud) - pecúlio Prev e VI									
Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Estimativa no ano	52.347	54.528	70.209	76.266	87.430	93.373	97.928	123.321	-
Estimativa um ano após	51.390	53.212	68.254	72.123	85.366	86.393	96.713	-	-
Estimativa dois anos após	51.033	54.271	67.956	72.493	86.531	88.399	-	-	-
Estimativa três anos após	52.031	55.980	69.458	72.760	87.011	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	52.675	56.518	70.435	74.452	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	52.992	56.705	70.704	-	-	-	-	-	-
Estimativa seis anos após	53.160	57.176	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa sete anos após	53.020	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	53.363	57.032	70.772	73.406	86.928	88.957	95.865	55.684	582.008

Triângulo de Pagamentos									
Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Estimativa no ano	(39.606)	(40.657)	(49.473)	(50.967)	(62.593)	(62.893)	(67.741)	(87.026)	-
Estimativa um ano após	(48.296)	(51.991)	(64.593)	(66.554)	(81.753)	(81.758)	(86.429)	-	-
Estimativa dois anos após	(48.913)	(52.836)	(65.171)	(67.347)	(83.620)	(82.659)	-	-	-
Estimativa três anos após	(49.871)	(53.412)	(66.425)	(68.025)	(83.973)	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	(50.195)	(54.770)	(66.548)	(69.374)	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	(50.467)	(55.074)	(66.740)	-	-	-	-	-	-
Estimativa seis anos após	(50.655)	(55.080)	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa sete anos após	(50.712)	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	(50.706)	(55.074)	(66.627)	(68.198)	(83.832)	(82.194)	(84.567)	(31.256)	(522.454)
Estimativa atual de suficiência	2.307	2.096	3.963	5.078	3.038	5.740	10.284	36.295	68.800
Sinistros Ocorridos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	12.787

Para os estudos referentes à Previdência e Vida Individual utilizamos os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro. A informação de resseguro foi incorporada ao quadro estatístico de Previdência e Vida Individual apenas a partir de 2014, por este motivo utilizamos os valores brutos de resseguro.
O resultado encontrado este ano segue o padrão dos anos anteriores, demonstrando consistência nos dados e na análise. O sinistro tem apresentado um crescimento gradativo a cada ano, com destaque para 2011, 2013 e principalmente para 2016, onde houve crescimento de 35% em relação a 2015 para os sinistros avisados dentro do mesmo ano.
Aproximadamente 60% dos sinistros pendentes encontram-se nos últimos 4 anos. A cauda corresponde aos sinistros judiciais, pois possuem naturalmente um tempo maior de conclusão.

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro e resseguro (adm + jud) - Seguros									
Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Estimativa no ano	21.926	33.035	35.942	39.578	55.301	73.257	100.162	131.278	-
Estimativa um ano após	21.635	33.546	36.867	39.425	56.182	72.001	99.832	-	-
Estimativa dois anos após	21.876	33.869	37.138	39.467	56.519	70.319	-	-	-
Estimativa três anos após	22.110	34.298	36.990	39.329	55.042	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	22.174	33.502	37.545	38.334	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	22.049	33.773	36.208	-	-	-	-	-	-
Estimativa seis anos após	21.998	32.792	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa sete anos após	21.752	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	21.752	32.792	36.208	38.334	55.042	70.319	99.832	131.278	485.558

Triângulo de Pagamentos									
Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Estimativa no ano	(14.350)	(20.082)	(22.554)	(23.421)	(33.459)	(43.532)	(56.109)	(76.038)	-
Estimativa um ano após	(19.956)	(30.464)	(33.315)	(35.596)	(51.121)	(65.158)	(86.444)	-	-
Estimativa dois anos após	(20.609)	(31.511)	(34.678)	(36.836)	(52.222)	(66.928)	-	-	-
Estimativa três anos após	(20.963)	(31.802)	(35.225)	(37.229)	(53.266)	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	(21.186)	(32.143)	(35.521)	(37.483)	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	(21.297)	(32.192)	(36.113)	-	-	-	-	-	-
Estimativa seis anos após	(21.322)	(32.764)	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa sete anos após	(21.406)	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	(21.406)	(32.764)	(36.113)	(37.483)	(53.266)	(66.928)	(86.444)	(76.038)	(410.443)
Estimativa atual de suficiência	346	029	095	851	1.775	3.391	13.388	55.240	75.115
Sinistros Ocorridos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	15.085

Para os estudos referentes a Seguros foram utilizados os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro e resseguro, com o IBNR judicial começando a ser constituído em meados de 2010.
Em 2010 foi encerrado o contrato de cosseguro cedido e em 2011, devido a Circular SUSEP 395, houve a migração de sinistros de Vida Individual para os ramos de Seguros, isso explica certa inconsistência neste ano. Porém, para os demais anos posteriores os resultados são consistentes.
Cerca de 82% dos sinistros pendentes encontram-se nos últimos 4 anos, o que demonstra agilidade em conceder benefício.

19. Empréstimos e financiamentos

	Prazo	2016			2015			Taxa	Vencimento		
		Valor do contrato	Curto prazo	Longo prazo	Valor do contrato	Curto prazo	Longo prazo				
Bradesco S.A.	36	1.530	504	76	580	3.618	874	312	1.186	1,37%	Até 10/2018
Citibank S.A.	36	4.650	1.533	1.803							

O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	2016	2015
Numerador		
Lucro líquido do exercício	25.841	32.085
Denominador (número de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	21.806.024	21.806.024
	1,18	1,47

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

(e) Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e exigência de capital

Descrição	2016	2015
Patrimônio líquido contábil	297.939	272.326
(-) Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras	(20.515)	(363)
(-) Despesas antecipadas	(9.013)	(9.682)
(-) Intangível	(101.738)	(88.745)
Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-)	166.673	173.536
Capital Base	15.000	15.000
Capital de Risco de Subscrição	135.618	146.785
Capital de Risco de Crédito	20.048	20.127
Capital de Risco Operacional	3.139	2.809
Capital de Risco de Mercado	161.220	-
Benefício da correlação de riscos	(71.829)	(9.098)
Capital de Risco	248.196	160.623
Exigência de Capital - CMR	248.196	160.623
Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-)	166.673	173.536
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	108.197	-
PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes assoc. à var. val. econômicos (+/-)	274.870	173.536
(-) Exigência de Capital - CMR	248.194	160.623
Suficiência/(insuficiência) do PLA	26.676	12.913
Suficiência de capital (%)	10,75%	8,04%

Constata-se que o valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da companhia é superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), conforme Resolução SUSEP nº 343, de 26 de dezembro de 2016.

22. Imposto de renda e contribuição social

(a) Encargos com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	2016	2015
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	66.328	74.603
Participação nos lucros	(18.860)	(18.074)
Base de cálculo	47.468	56.529
Alíquota nominal	45%	45%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	21.361	25.438
Diferenças permanentes	266	994
Despesa de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado	21.627	24.444

(b) Créditos tributários e provisão para tributos

	2016	2015
Ativo - créditos tributários e previdenciários		
Circulante		
Créditos tributários		
Antecipações	4.125	5.159
Outros impostos a compensar	2.857	4.266
Total	6.982	9.425
Não circulante		
Benefício fiscal gerado pela incorporação (*)	22.552	24.899
Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias (*)	20.088	12.352
Total	42.640	37.251
Passivo - provisão para tributos diferidos		
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias (*)	4.966	3.954
Total	4.966	3.954

(*) Lei nº 13.169/2015 - Em 6 de outubro de 2015 a Medida Provisória nº 675 foi convertida na lei nº 13.169/2015 e aumentou a alíquota da CSLL para as Instituições Financeiras e empresas a elas equiparadas, definidas no artigo 22, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.212/1991, quais sejam, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas. Dessa forma, a alíquota da CSLL passou de 15% para 20%, válido a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota retornará a 15%. Os créditos tributários foram constituídos considerando a alíquota em vigor na época prevista para a realização do ativo.

23. Detalhamento das contas das demonstrações do resultado

(a) Sinistros ocorridos

	2016	2015
Indenizações avisadas	(162.739)	(125.479)
Indenizações DPVAT	(18.549)	(26.414)
Despesas com sinistros	(8.086)	(9.361)
Despesas com benefícios/Planos de pecúlio	(114.232)	(93.019)
Recuperação de sinistros	(10)	6
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	(26.474)	(13.563)
Variação de eventos ocorridos mas não avisados	(5.422)	(2.901)
Variação de despesas relacionadas do IBNR	(124)	-
	(335.636)	(270.731)

(b) Resultado com operações de resseguro

	2016	2015
Repasse	(86.702)	(46.847)
Recuperação de sinistros	86.344	50.955
	(358)	4.108

(c) Outras receitas e despesas operacionais – seguros

	2016	2015
Receita com emissão de apólice	2.771	2.639
Despesas com cobrança	(2.783)	(2.702)
Despesas com administração apólice/contrato	2.564	(716)
Consórcio DPVAT	(906)	(822)
Provisão para risco de créditos duvidosos	(5.785)	(5.205)
Despesa de incentivo a produção	(1.395)	(4.851)
Outras	(1.101)	(3.741)
	6.635	(15.398)

(d) Custos de aquisição - previdência e seguros

	2016	2015
Despesas de corretagem e agenciamento	(163.265)	(142.759)
Despesas de custeamento de vendas	(12.258)	(12.371)
Despesas com serviços técnicos	(1.860)	(2.171)
Consultoria comercial	(43.402)	(31.806)
Campanha de venda	(6.887)	(8.372)
Marketing	(27.153)	(11.000)
Transporte de malotes	(2.325)	(2.591)
Treinamento e desenvolvimento	(5.034)	(3.873)
Outras	(4.088)	(3.242)
	(266.272)	(218.185)
Seguros	(149.547)	(129.601)
Previdência	(116.727)	(88.584)

(e) Outras receitas e despesas operacionais - previdência

	2016	2015
Serviço funeral	2.262	7.495
Receita operacional com ressegurador	1.171	2.971
Receitas c/serviços de distribuição	933	988
Processos judiciais	(3.515)	(2.170)
Serviço funeral	(9.042)	(5.379)
Serviços assistências	559	(4.745)
Taxa de administração	(2.632)	(2.062)
Provisão para riscos sobre valores a receber	(5.858)	(1.952)
Parceria comercial (*)	(12.686)	(5.216)
Outras	992	(736)
	(27.816)	(10.806)

(*) Refere-se principalmente ao pagamento de novas parcerias em 2016.

(f) Despesas administrativas

	2016	2015
Pessoal próprio	(182.664)	(167.420)
Serviços de terceiros	(23.574)	(22.697)
Localização e funcionamento	(62.266)	(51.377)
Publicidade e propaganda	(3.268)	(3.779)
Despesas com donativos e contribuições	(1.934)	(1.939)
Jornais e revistas	(347)	(359)
Publicações	(329)	(430)
Multas	(273)	(173)
Convênio DPVAT	(2.216)	(2.205)
Outras	(740)	(1.740)
	(277.611)	(252.119)

(g) Despesas com tributos

	2016	2015
Impostos	(973)	(898)
Contribuições (*)	(30.582)	(26.407)
Taxa de fiscalização	(1.242)	(983)
Outras	(102)	(53)
	(32.899)	(28.341)

(*) Refere-se principalmente a PIS e COFINS sobre receita de prêmios emitidos.

(h) Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
Títulos de renda fixa	1.461	1.269
Receitas com fundos de investimentos	111.111	93.698
Outras receitas financeiras	10.756	11.456
Despesas financeiras	-	-
Despesas financeiras sobre provisões técnicas	(79.927)	(64.708)
Outras	(540)	(181)
	42.861	41.534

(i) Resultado patrimonial

	2016	2015
Equivalência patrimonial	112	4
Outras	(36)	-
	76	4

24. Aposentadorias e Pensões

A Seguradora efetuou contribuições de R\$ 2.863 (R\$ 2.067 em 31 de dezembro de 2015) ao Mongeral Fundo de Pensão. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de benefício definido integralmente custeados pela Seguradora destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas". Como resultado da avaliação atuarial relativa ao plano de benefício definido, a Seguradora mantém provisão de R\$ 581 (R\$ 55 em 31 de dezembro de 2015), de acordo com os requerimentos do CPC 33, registrada na rubrica "Obrigações a Pagar".

25. Transações com Partes Relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, operações com as empresas Mongeral Aegon Investimentos, Mongeral Aegon Administração de Benefícios, Sênior Services do Brasil Adm. e Serviços Ltda e Mongeral Aegon Holding Ltda.

Em junho de 2015, a Companhia vendeu a sua participação societária na empresa Data A Soluções em Previdência Ltda para Mongeral Aegon Holding Ltda., que alterou a sua razão social para Mongeral Aegon Administração de Benefícios Ltda., tendo o valor recebido pela venda, no montante de R\$ 85, registrado na rubrica "Ganho com ativos não correntes". A Companhia efetuou pagamentos para Mongeral Aegon Administração de Benefícios referente a serviços prestados de agenciamento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 que totalizaram R\$ 73. A seguradora teve o recebimento de R\$ 20 relativo a operação de seguro dos funcionários Mongeral Aegon Investimentos, Mongeral Aegon Administração de Benefícios e Sênior Services do Brasil Adm. e Serviços Ltda.

A despesa incorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 15.662 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 14.704).

DIRETORIA		
Helder Molina Diretor-Presidente		Raphael de Almeida Barreto Diretor
José Carlos Gomes Mota Diretor		Nuno Pedro Correia David Diretor
Osmar Navarini Diretor		Luiz Claudio do Amaral Friedheim Diretor
Nelson Emiliano Costa Atuário - MIBA Registro 1068		Marcelo da Motta Abreu Contador - CRC RJ 096032/O6

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Membros titulares	Nilton Molina Todd Michael Bergen Fernando Rodrigues Mota	Helder Molina Timothy Francis Kneeland David Michael Towriss
Membros suplentes	Sara Molina	Wayne Worthington

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do

atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2016, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2017.

	PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Rua do Russel 804 - Rio de Janeiro – RJ Brasil 22210-907 CNPJ 02.646.397/0004-61 - CIBA 105	Carlos Eduardo Silva Teixeira MIBA 729
--	---	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privada - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações